



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

EIXO 05 – Currículo e Políticas

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

CRUZ, Micaelle Oliveira. UEFS
micaelleuefs@gmail.com

OLIVEIRA, Sandra Nivia. UEFS, (orientadora)
snsoliveira@uefs.br

Este relato de experiência é decorrente do plano de trabalho de Iniciação Científica (IC), intitulado: Pesquisa exploratória: acesso à educação superior e sistema socioeducativo, o qual se constitui uma proposta vinculada a pesquisa: Políticas Afirmativas e Permanência Estudantil na Universidade Estadual de Feira de Santana – (UEFS), que tem como objetivo geral realizar um estudo exploratório sobre políticas de ações afirmativas e políticas educacionais para adolescentes e jovens e/ou egresso do sistema socioeducativo. Nessa perspectiva, de acordo com a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, a medida socioeducativa tem como objetivos: responsabilizar quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; assegurar integração social e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e cumprir a desaprovação da conduta infracional. Após cumprimento das medidas socioeducativas estes adolescentes e jovens se deparam com barreiras significativas para acesso à educação superior. É a partir dessa perspectiva que o referido plano pode proporcionar problematização do acesso dos adolescentes do sistema socioeducativo, nas universidades, além de analisar as políticas afirmativas das mesmas. De acordo com o Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA 1990 podem ser aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais as seguintes medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Todas as pessoas, incluindo aqueles que estão privados de liberdade, não apenas têm o direito à educação, mas de sonham em ingressar ao ensino superior também projetar sua vida. Nesse sentido, pretende-se elencar ainda, no desenvolvimento do plano de IC, alguns dos objetivos específicos que as nortearam, como, realizar revisão da literatura sobre acesso à educação de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo; levantamento do conjunto normativo relacionado à política educacional que trata, de algum modo, do sistema socioeducativo; identificar, por meio do levantamento das resoluções próprias, se há universidades públicas que possuem reserva de vagas para ingresso de adolescentes e jovens do sistema socioeducativo, egressos ou não. De acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

de ideias ou a descoberta de intuições. Nessa perspectiva, pretende-se alcançar com a pesquisa, aspectos como compreender o cenário atual de estudos e pesquisas e do conjunto normativo sobre políticas de ações afirmativas e sua relevância para o alcance dos objetivos das medidas socioeducativas e do sistema socioeducativo; de relevância social e acadêmica, almeja-se que os resultados da pesquisa contribua em repercussões na Educação a fim de consolidar no campo de investigação dedicado às ações afirmativas, o sistema socioeducativo; também produzir levantamento e reflexão inéditos sobre as resoluções das universidades. Outro fator importante que pretende ser abordado no plano de trabalho é a atuação das políticas afirmativas, contribuinte nesse processo que tange a entrada dos jovens ao ensino superior, para Oliven (2006), o termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando. Nesse sentido, são algumas das ideias centrais que pretendem ser exploradas ao decorrer da vigência da bolsa de Iniciação Científica (IC) PROBIC- 2024-2025), mediante a pesquisa, poderão ser adquiridas grandes compreensões e reflexões acerca dessa problemática.

Palavras-Chave: Políticas afirmativas; Sistema socioeducativo; Ensino superior.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Defensoria Pública do Estado, 2010. 244p. CDD 342.17.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Lei 12594 de 18 de janeiro de 2012. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: 2006, p.100.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas: 2002, p. 176.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, os Estados Unidos e o Brasil**. Porto Alegre/RS; 2006, p.23.